



CLÓVIS ROSSI

Nós que amamos tanto os EUA.

Os EUA são os queridinhos dos latino-americanos, conforme pesquisa do Centro Pew: 65% dos latino-americanos têm visão favorável dos Estados Unidos, diz o levantamento de 2014.

Os Estados Unidos apresentaram-se à Cúpula das Américas na sexta-feira na paradoxal condição de heróis e de vilões para seus pares.

Heróis porque, depois de mais de 50 anos, caiu a ficha, e o presidente Barack Obama reconheceu a inutilidade do cerco a Cuba e decidiu pôr fim a ele.

Aplausos de todos os países latino-americanos.

Vilões porque decidiram, faz pouco, impor sanções a sete cidadãos venezuelanos, pelo papel que desempenham na violação a direitos humanos, para o que tiveram que declarar "pro forma" que a Venezuela era uma ameaça à segurança norte-americana.

Ridículo prontamente condenado por quase todos os países da região.

Ohistorionismo habitual dos regimes bolivarianos, especialmente da Venezuela, tende a fazer que o papel de vilão acabe mais realçado que qualquer outro.

Tolice. Os EUA foram de fato vilões na América Latina desde, pelo menos, o patrocínio ao golpe de Estado contra o coronel guatemalteco Jacobo Arbenz, em 1954, até o pouco discreto apoio ao golpe contra Hugo Chávez, em 2002, passando por incontáveis ações semelhantes que semearam desgraças na América Latina.

Não obstante, os EUA são os queridinhos dos latino-americanos, conforme pesquisa do Centro Pew: 65% dos latino-americanos têm visão favorável dos Estados Unidos, diz o levantamento (de 2014).

No Brasil, essa mesma porcentagem aprova o vizinho do Norte (contra apenas 44% que têm visão favorável da China). Até na Venezuela, quase dois terços (62% exatamente) são favoráveis aos EUA.

A Cúpula das Américas é uma oportunidade ótima para juntar a fome (a necessidade de estreitar a cooperação com Washington) com a vontade de comer (a simpatia majoritária pelos EUA).

Não se trata, fica claro, de se agachar ante o poderoso vizinho, que até já nem exige mais esse servilismo, depois de ter vencido a Guerra Fria.

Agora a guerra é por influência, e o adversário é a China. Mas, para o bem dos latino-americanos, não há incompatibilidade entre procurar tirar vantagens de um e outro parceiro.

Ao contrário dos tempos de Guerra Fria, já não se trata de vender modelos contrapostos: o capitalismo ganhou a guerra ideológica e do que se trata agora é de fazer dele, se possível, um instrumento de progresso para as maiores.

No caso específico do Brasil, trata-se de tirar o máximo proveito, por exemplo, da enorme boa vontade norte-americana com o programa "Ciência sem Fronteiras".

Ou de explorar a possibilidade de um acordo comercial entre o Mercosul e o ainda maior mercado do mundo, como já ensaiou corretamente o ministro Armando Monteiro.

O Brasil já é grandinho o suficiente para evitar itens, nesse tipo de acordo, que machuquem suas possibilidades de desenvolvimento (aliás, já fazemos por conta própria o possível para atrapalhá-lo).

Espera-se que o "sussurro" em que se transformou a política externa não dê margem ao imperdoável que seria dar asas a anacronismos como o vociferante, mas fracassado, "socialismo do século 21".

Folhapress



JOSÉ BASTOS MORENO

Michel Temer não pisa na grama.

Michel Temer, elegantemente, fez questão de deixar claro ao ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, que o comando da articulação política mudou de mãos.

Certa vez, durante um jantar em Brasília, Michel Temer, que se encontrava na varanda da casa, foi chamado pelo colega Luís Eduardo Magalhães, que fumava no jardim. Ele só atendeu ao chamado do amigo depois de pedir licença ao dono da casa para poder pisar na grama do jardim, pois não havia outro caminho alternativo.

“Com esse excesso de delicadeza, você não poderá ser presidente da Câmara!”, brincou o colega. Errou Luís Eduardo. Michel Temer foi presidente da Câmara por dois mandatos.

Investido agora de novas missões republicanas, o que amplia o seu poder dentro do governo, Michel enfrenta a genialidade do Chico Caruso, mostrando em charges memoráveis a sua ascensão política.

Acreditem! Ele anda visivelmente constrangido pela obra em série do artista, achando que isso possa, de certa forma, constranger também a presidenta, a quem é fiel por dever constitucional e princípio moral.

Escaldado

No governo Dilma, o destino de todos os ocupantes da Secretaria de Relações Institucionais é a Secretaria de Direitos Humanos ou a da Pesca. Foi assim com Luiz Sérgio, Ideli Salvatti e agora Pepe Vargas.

Brinca-se em Brasília que foi por isso que Temer, espertamente, pediu a extinção dessa secretaria.

Para não correr o risco de terminar o governo na condição de vice-presidente da República e ministro da Pesca.

Aviso ao navegante

Mesmo com o seu excesso de discrição, Michel Temer, elegantemente, fez questão de deixar claro ao ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, que o comando da articulação política mudou de mãos e de local: do quarto andar do Palácio do Planalto para o anexo, no subsolo.

Aceitará sugestões, não ordens.

Tábua de salvação

Por falar em Mercadante, ele trabalha para manter total influência sobre o MEC (Ministério da Educação) na gestão de Renato Janine Ribeiro. Está pessoalmente envolvido na composição da equipe que assistirá o novo ministro.

Nas contas de Mercadante, já basta ter perdido para Michel Temer e o PMDB todo o continente da coordenação política.

Deus é pai!

A sorte da Dilma é que o “Anjo mau” e o “Coisa-ruim” são inimigos viscerais.

Do contrário, o governo já teria caído, pois seria a união da fome com a vontade de comer.

“Anjo mau” eu posso dizer, sem medo de ser processado, que é o ex-ministro Moreira Franco, apelido que ganhou de Luís Eduardo Magalhães no governo FH.

Já o “Coisa-ruim”, repito, não sei de quem se trata e tenho raiva de quem sabe.

Micaretta

Por falar nisso, a caravana holiday do “Coisa-ruim” empaca em todas as cidades por onde passa, devido às manifestações populares.

Para reforçar os protestos, alguns integrantes do LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) pensaram em seguir a caravana em ônibus decorados à la “Priscilla, a rainha do deserto”.

Avaro

Joaquim Levy ficou vermelho de vergonha em Goiânia, no Fórum Brasileiro da Indústria de Alimentos. No encontro, foi pedido que os presentes à mesa tirassem a gravata para mostrar descontração. Todos toparam, menos Levy, que cruzou as mãos e ficou vermelho. Diante da insistência, virou-se de costas e tirou a gravata. Maldosos brincaram que, por ser “mão fechada”, Levy deve ter achado que iam ficar com a gravata dele.

Coisas do Serra

Devido ao enorme sucesso, aqui vão mais duas historinhas das “gentilezas” de Serra no trato com jornalistas:

Dias desses ligou para uma delas, que alegou não poder falar com ele naquele momento, por se encontrar – e estava mesmo – no cabeleireiro.

Horas mais tarde, ao encontrá-la, Serra olhou demoradamente para os seus cabelos e tascou, sem dó nem piedade: “Uai! Você não me disse que estava no cabeleireiro?”.

Outra cena foi com outras duas jornalistas. Serra, à primeira delas: “Como você está magra!”. E virou-se logo para a outra: “Isso não quer dizer que eu esteja dizendo que você está muito gorda!”. E a moça, na lata: “Eu não lhe perguntei!”.

Agência O Globo



ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RS

Império da individualidade.

A superação do desafio das demandas de massa é impositiva para o redesenho da estrutura do Poder Judiciário moderno e questão estratégica para o autogoverno dos Tribunais, exigindo soluções modernas e proativas.

Em movimento oposto ao ideal da prestação jurisdicional célere, desburocratizada e isonômica, sobreveio o veto presidencial ao artigo 333 do novo CPC (Código de Processo Civil), que criava o incidente de coletivização das demandas individuais, mecanismo processual com potencialidade para racionalizar o acesso ao Estado-Juiz, evitando que diversos estamentos da magistratura nacional decidisse um conflito genuinamente coletivo segundo a régua da individualidade.

A decisão afeta, de modo certo, o acesso à jurisdição no caso das demandas massivas, em confronto com os anseios sociais. A diretiva de atender – repetida e burocraticamente – um número infundável de casos iguais desmerece a função jurisdicional do Estado, obrigando os membros da magistratura nacional a julgar em linha de produção e, por consequência, a mitigar o sentido e o alcance da efetividade dos direitos fundamentais – como, por exemplo, a duração razoável dos processos que envolvem as demais questões a serem decididas.

A democracia substancial (real, verdadeira, sentida nas ruas) depende de um Poder Judiciário ativo, alto-neiro, bem estruturado. A superação do desafio das demandas de massa é impositiva para o redesenho da estrutura do Poder Judiciário moderno e questão estratégica para o autogoverno dos Tribunais, exigindo soluções modernas e proativas.

A articulação arraigada em medidas ultraconservadoras, talhadas sobre o vetusto argumento da proteção ao direito subjetivo (e individual) de ação, não mais se sustenta. Mais: maquia idiosincrasias que servem à manutenção do paradigma da plurilitigiosidade a qualquer pretexto (e, de preferência, com o menor custo individual possível).

O acesso ao Poder Judiciário é um direito prestacional assegurado na Constituição que, para ser levado a sério, precisa considerar os seus custos, o que não se resume a uma questão orçamentária. Há custos sociais, macroeconômicos e políticos a serem contabilizados quando se pretende equacionar uma política judiciária que repercuta os princípios da Carta Maior.

ONJ (Conselho Nacional de Justiça) tem divulgado números do enfrentamento das demandas judiciais. Apenas para exemplificar, a Justiça gaúcha tem sido reiteradamente reconhecida com uma das mais produtivas do País. Significa dizer que o resultado do esforço conjugado de toda a estrutura forense da Justiça Estadual do RS tem sido o de julgar mais e mais processos, extinguindo quase o mesmo número de feitos iniciados no decorrer de um ano.

A mesma base de dados informa que, proporcionalmente à população, a taxa de ingresso de novos feitos na Justiça do Estado do Rio Grande do Sul é uma das maiores, senão a maior, de todo o País. Sem prejuízo do mérito destes resultados, mantendo-se a lógica da predominância da ação individual em relação à solução coletiva, a produtividade (ou seria mera produção?), por si só, não fará reduzir significativamente o acervo, ou seja, o número de processos que permanecem em tramitação, meta que, atingida, repercutirá em maior agilidade (menos tempo de tramitação processual) e eficiência (mais assertividade nos procedimentos e decisões) da prestação jurisdicional.

A ESM (Escola Superior da Magistratura) da Ajuris (Associação dos Juizes do RS), através de seu Núcleo de Estudos sobre Processo Coletivo, se constitui em um espaço democrático para a construção de propostas doutrinário-legislativas para que o processo coletivo, sob o signo do interesse público, evolua no cenário brasileiro, constituindo-se em efetivo antídoto ao império da individualidade.

Cíntia Teresinha Burhalde Mui
Juíza de Direito e coordenadora do Núcleo de Estudos da ESM-AJURIS